

Educação:

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom
(Organizadoras)

4

*Da vida quero o abraço, um sorriso, um passo a passo, alegria, imperfeição,
ensinar é aprender
ver o mundo,
Gente e letra, dando as mãos, aprender é transformar, ler o mundo, o meu lugar,
compreender,
conhecer meu
próprio chão,
criar asas
pra voar, alcançar a imensidão, à distância, nem olhar, o meu eu, libertação.*

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR

Atena
Editora

Ano 2021



Educação:

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzo Marcom
(Organizadoras)

4

*Da vida quero o abraço, um sorriso, um passo a passo, alegria, imperfeição,
ensinar é aprender
ver o mundo,
Gente e letra, dando as mãos, aprender é transformar, ler o mundo, o meu lugar,
compreender,
conhecer meu
próprio chão,
criar asas
pra voar, alcançar a imensidão, à distância, nem olhar, o meu eu, libertação.*

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR

Atena
Editora

Ano 2021



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Educação: diálogos convergentes e articulação interdisciplinar 4

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadoras: Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: diálogos convergentes e articulação interdisciplinar 4 / Organizadoras Adriana Regina Vettorazzi Schmitt, Jacinta Lúcia Rizzi Marcom. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-499-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.990212209>

1. Educação. I. Schmitt, Adriana Regina Vettorazzi (Organizadora). II. Marcom, Jacinta Lúcia Rizzi (Organizadora). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Esta obra adota o termo Inclusão social sob o aspecto do direito à participação e fruição de bens e direitos socialmente construídos. E a educação nesse contexto na perspectiva da educação humanizadora.

A seleção de trabalhos científicos, voltados à temática dos direitos das pessoas com deficiência (PcD) e da Educação, visa a inclusão através do compartilhamento dos conhecimentos sobre suas especificidades, através da abordagem de Leis, estratégias e metodologias de atendimentos/ações, ensino/aprendizagem.

Apresenta-se um vasto conteúdo que contempla a grande diversidade de olhares e experiências dos autores que pesquisam e/ou trabalham as questões da inclusão, da deficiência e da educação. Essas diferentes produções fomentam e enriquecem a acadêmica, a pesquisa e a práxis profissional dos pesquisadores e intervencionistas nessas áreas.

É importante mencionar que as pesquisas apresentadas nesta obra são um relevante subsídio para o conhecimento e a democratização da evolução conceitual das políticas públicas inclusivas no Brasil.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 afirma a pessoas com deficiência como sujeito de direitos especiais, como sujeito dos direitos basilares, resultantes de sua condição peculiar de pessoas que necessitam de efetividade nas políticas públicas.

Em 2008 a Política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva veio acrescentar que “O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação[...]” (p. 5).

Em 2015 a Lei Brasileira de inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) adota um modelo social de deficiência e se apresenta com um instrumento legal de direitos humanos para todas as pessoas com deficiência, reafirmando o direito de gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, identificadas como pessoas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

É importante destacar o contributo da Lei nº 12.764, de dezembro de 2012 que dispõe sobre os direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a Lei nº 12.796 de abril de 2013 que assegura a educação especial oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A Educação é uma das áreas de transversalidade das políticas públicas para a efetiva inclusão e cidadania da Pessoa com Deficiência, visando um contexto de igualdade de oportunidades para garantir, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de

todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

Nesse contexto, esta obra enfatiza a importância da educação como ferramenta de inclusão de pessoas com deficiência. Sendo uma rica contribuição para o conhecimento da temática dos direitos humanos, na busca de efetivação da cidadania, igualdade de oportunidades e inclusão social.

Boa leitura!

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

SUMÁRIO

IV. INCLUSÃO SOCIAL, PCD E EDUCAÇÃO DIÁLOGOS CONVERGENTES E ARTICULAÇÃO INTERDISCIPLINAR

CAPÍTULO 1..... 1

SALA DE AULA PARA TODOS(AS): UTOPIA OU REALIDADE?

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Luci Mary Duso Pacheco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122091>

CAPÍTULO 2..... 9

A ESCOLARIZAÇÃO DE PESSOAS COM SÍNDROME DA TALIDOMIDA

Jesse Budin

Renato Salla Braghin

Leonel Piovezana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122092>

CAPÍTULO 3..... 20

PERCEPÇÃO FAMILIAR SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DE BOURDIEU

Marlene Rodrigues

Juliana Gisele da Silva Nalle

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122093>

CAPÍTULO 4..... 35

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O USO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE OLINDA: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE O LEGAL E O REAL

Elisabeth Donisete de Gois Sena

Márcia Regina Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122094>

CAPÍTULO 5..... 53

EDUCAÇÃO ESPECIAL VINCULADO AOS PRINCIPAIS PERIÓDICOS NACIONAIS: LEVANTAMENTO DE PRODUÇÕES

Diná Freire Cutrim

Claudia de Oliveira Vale

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122095>

CAPÍTULO 6..... 68

E AGORA? COMO ENSINAR UM(A) ESTUDANTE COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA LICENCIATURA EM FÍSICA?

Lucianno Cabral Rios

Brunna Stella da Silva Carvalho Melo

Neuton Alves de Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122096>

CAPÍTULO 7.....	79
A EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A CRIANÇA COM A SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS PELO ENSINO REMOTO	
Jaqueline Leandra de Menezes Pereira dos Santos	
Edicléa Mascarenhas Fernandes	
Elizabeth Rodrigues de Oliveira Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122097	
CAPÍTULO 8.....	91
IMPLANTE COCLEAR: CONCEITOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	
Jaqueline de Oliveira Costa Melo	
Ana Paula de Araújo Barca	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122098	
CAPÍTULO 9.....	101
TERAPIA ASSISTIDA POR CÃES NA APRENDIZAGEM DE ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Simone Gomes Ghedini	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122099	
CAPÍTULO 10.....	111
PRÁTICAS INCLUSIVAS NA CLASSE REGULAR EM ESCOLA PARTICULAR DE SÃO GONÇALO: UMA EXPERIÊNCIA DE 15 ANOS DE ATUAÇÃO	
Cristiane Batista Xavier de Moraes	
Cristiane Mendes Cunha Melo	
Vera Lucia Prudencia dos Santos Caminha	
Viviane de Oliveira Freitas Lione	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220910	
CAPÍTULO 11.....	125
ESTADO DO CONHECIMENTO: UM OLHAR INVESTIGATIVO SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (2012-2018)	
Emne Mourad Bouffleur	
Roseli Áurea Soares Sanches	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220911	
CAPÍTULO 12.....	137
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AVANÇOS E DESAFIOS EM POÇÕES-BA	
Stela de Jesus	
Lucas Aguiar Tomaz Ferreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220912	
CAPÍTULO 13.....	147
A UNIVERSIDADE NA INCLUSÃO E A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC	
Fernanda Cláudia Araújo da Silva	

Antonio Alex Dayson Tomaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220913>

CAPÍTULO 14..... 156

ENSINO DE GEOMETRIA PARA UMA ALUNA CEGA

Elisabete Marcon Mello

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220914>

CAPÍTULO 15..... 164

AS SUPERAÇÕES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM IDADE ESCOLAR

Rodrigo Regert

Amanda Alexandre Cordeiro

Lanie Cristini Cordeiro

Joel Haroldo Baade

Deize Maria Baretta

Adelcio Machado dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220915>

CAPÍTULO 16..... 169

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA INTEGRAÇÃO SENSORIAL FRENTE A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA)

Tereza Sabina Souza Reis

Francisca Moraes da Silveira

Heridan de Jesus Guterres Pavão Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220916>

CAPÍTULO 17..... 177

A IMPLEMENTAÇÃO DA HUMANIZAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA

Angélica Bort

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220917>

CAPÍTULO 18..... 183

TEORIA DE VIGOTSKI (1896 - 1934): PRINCIPAIS CONCEITOS E IMPLICAÇÕES PARA UM PROJETO EDUCACIONAL PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Sandra Regina Barbosa

Edicléa Mascarenhas Fernandes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220918>

SOBRE AS ORGANIZADORAS..... 191

ÍNDICE REMISSIVO..... 192

EDUCAÇÃO ESPECIAL VINCULADO AOS PRINCIPAIS PERIÓDICOS NACIONAIS: LEVANTAMENTO DE PRODUÇÕES

Data de aceite: 02/09/2021

Diná Freire Cutrim

Mestranda PPGE –UFMA, pós-graduada em Educação Especial, graduada em letras.

Claudia de Oliveira Vale

Mestranda PPGE –UFMA, pós-graduada em Educação Especial, graduada em pedagogia.

RESUMO: A produção na área da Educação Especial tem proporcionado reflexões importantes sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no âmbito do contexto escolar. Este estudo teve como objetivo fazer um levantamento das produções do conhecimento em educação especial, nos periódicos **Capes** entre 2012 a 2017, priorizando os alunos que são público alvo da Educação Especial, a fim de perceber como a inclusão desses alunos estão acontecendo de fato e de direito no sistema de ensino brasileiro. A abordagem metodológica adotada foi a pesquisa bibliográfica, cujas fontes são artigos levantados em sites de busca, tendo como caminho metodológico o estado da arte sobre a temática. Trata-se de um estudo caracterizado como “Estado da Arte”, nos quais os eixos de análises foram: contexto das produções **voltadas** para o público alvo, objetivos, metodologia, análise de resultados e conclusões. Os principais autores que referenciam esses trabalhos foram: Teresa Egler Mantoan (2005) , Glat (2007) , Beyer (2005) dentre outros. Os resultados demonstraram que

a área da Educação Especial tem despertado pesquisadores em todo o Brasil para produzirem conhecimento na área, sendo encontrada uma vasta produção voltada para o público alvo da Educação Especial em contextos inclusivos.

PALAVRAS - CHAVE: Educação Especial. Público Alvo, Produção do conhecimento.

SPECIAL EDUCATION LINKED TO MAIN NATIONAL PERIODICS: PRODUCTION SURVEY

ABSTRACT: Production in the area of Special Education has provided important reflections on the inclusion of students with special educational needs within the school context. This study aimed to survey the production of knowledge in special education, in capes journals between 2012 and 2017, prioritizing students who are the target audience of Special Education, in order to realize how the inclusion of these students is actually happening and law in the Brazilian education system. The methodological approach adopted was the bibliographical research, whose sources are articles found in search engines, having as methodological path the state of the art on the subject. This is a study characterized as "State of the Art", in which the axes of analysis were: context of productions aimed at the target audience, objectives, methodology, analysis of results and conclusions. The main authors who reference these works were: Teresa Egler Mantoan (2005), Glat (2007) , Beyer (2005) among others. The results showed that the area of Special Education has awakened researchers throughout Brazil to produce knowledge in the

area, with a vast production aimed at the target audience of Special Education in inclusive contexts.

KEYWORDS: Target Audience. Knowledge production

1 | INTRODUÇÃO

A maioria dos trabalhos acadêmicos na linha de Educação Especial no Brasil são decorrentes da promulgação da nossa Carta Magna – Constituição Federal /88 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: 9394/96. Essas duas legislações são consideradas como um marco significativo para o processo de escolarização de grupos minoritários, como as pessoas Público alvo da Educação Especial - PAEE¹.

Além dessas motivações legais, Constituição Federal/88 e LDBEN:9394/96, os acordos internacionais como Educação para Todos em Jontiem 1990, na Tailândia e Convenção de Salamanca, na Espanha em 1994 e Convenção de Guatemala/ 99, foram marcos decisivos para a inclusão das pessoas com deficiência no âmbito da escola. Esses documentos enfatizavam a elaboração de políticas educacionais voltadas para a inclusão de todos os alunos, assim como uma qualidade na escolarização desse público.

A inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais tem acontecido na realidade nacional, quer pela motivação das leis já estabelecidas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN n° 9394/1996) e pela Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, Resolução 04/09; Decreto 7.611/11, que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade e da inclusão das pessoas com deficiência no âmbito social e cultural, assim como pela iniciativa da sociedade esclarecida que reivindica a inclusão desses alunos em contextos escolares.

Além desses documentos oficiais como leis, decretos, resoluções, portarias e notas técnicas, existe uma vasta produção do conhecimento sobre a temática e cabe garantir por meio deste texto o levantamento desses dados. Dessa forma, este trabalho teve como objetivo fazer um levantamento das principais produções da Educação Especial nos periódicos nacionais entre 2012 a 2017, que abordam essa temática, destacando-se entre elas a Revista

É importante destacar que a produção na área da Educação Especial tem proporcionado reflexões a respeito da educação inclusiva em nosso país, por apresentar as demandas que têm provocado dificuldades no processo de inclusão desses alunos, proporcionando uma reflexão sobre os conceitos e as concepções equivocadas sobre deficiência, os quais ainda fazem parte do imaginário social, o que acarreta sérias atitudes de exclusão (BISSOTO, 2013). Dando continuidade às ações de superação da oposição

¹ Considera-se público-alvo da educação especial às pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação. (Decreto 7.611/11)Brasileira de Educação Especial e a Revista de Educação Especial, que concentram as principais produções nacionais na área da educação especial.

citada acima,

ainda em 2007, foi publicado o Decreto nº 6.094/2007, que “estabelece nas diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas”.

Dessa forma, este trabalho teve como objetivo fazer um levantamento das principais produções da Educação Especial nos periódicos nacionais, que foram a Revista Brasileira de Educação Especial e a Revista de Educação Especial, que concentram as principais produções nacionais na área da educação especial.

2 | METODOLOGIA

Para este levantamento, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, que segundo Severino (2007), é o tipo de pesquisa que permite fazer a revisão da literatura do tema proposto, bem como, elucidar os autores que corroboram na fundamentação teórica da pesquisa ensejada. Nas etapas seguintes, nos detivemos na organização da pesquisa de acordo com Andrade (2005): escolha do tema; levantamento bibliográfico ou coleta de dados; elaboração do plano provisório de trabalho; identificação, localização e obtenção das fontes; tipos de leitura; fichamento; organização lógica do trabalho e redação final.

O marco temporal da pesquisa tem como base os anos de 2012 a 2017, fazendo um levantamento das produções em Educação Especial, em duas revistas renomadas quanto à temática proposta: a Revista Brasileira de Educação Especial e a Revista de Educação Especial, que concentram as principais produções nacionais nessa área. Na Revista de Educação Especial foram encontradas as seguintes publicações, de acordo com o ano e o público alvo da Educação Especial.

ANO	Educação Especial	Público Alvo
2012	39	7
2013	40	11
2014	51	8
2015	48	9
2016	26	6
2017	52	11

Na Revista Brasileira de Educação Especial foram encontrados os seguintes trabalhos, de acordo com o ano e os que estavam voltados para o público alvo da Educação Especial.

ANO	Educação Especial	Público Alvo
2012	41	12
2013	40	8
2014	42	9
2015	41	5
2016	41	11
2017	41	05

Na tabela a seguir, serão demonstradas as temáticas que sobressaíram dos trabalhos pesquisados, considerando os objetivos, metodologia e resultados encontrados, os quais servirão para discussão neste trabalho.

IDENTIFICAÇÃO	OBJETIVO	METODOLOGIA	RESULTADOS
A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO DO AUTISMO, POR MEIO DE ATIVIDADE COMPARTILHADA COM SEUS PARES. REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL I v. 26 n. 471 p. 507-522 set./dez. 2013	Mostrar que existem diferentes possibilidades de inclusão dos alunos com autismo se relacionarem no ambiente educativo.	Os casos ilustrados no presente trabalho fundamentam-se em uma combinação de abordagens, incluindo o construtivismo social, a cognição de eventos e a psicologia ecológica	O convívio social ajuda o autismo no seu processo de socialização educacional
COMPETÊNCIAS ESCOLARES E SOCIAIS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM SÍNDROME DE WILLIAMS. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 18, n. 3, p.375-390, Jul.-Set., 2012	Verificar indicadores comportamentais de habilidades nas áreas social, escolar e de realização de atividades de um grupo de crianças e adolescentes com SW e sinais de desatenção e hiperatividade.	A amostra foi composta por 22 crianças e entre sete e 18 anos, média de idade e suas respectivas mães. Os instrumentos de coleta de dados foram a Escala de Inteligência Wechsler e um questionário, que avaliou presença de sinais de desatenção e hiperatividade baseado nos critérios clínicos para Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.	Os principais resultados apontaram para um elevado número de sinais de desatenção e hiperatividade (90% do total da amostra pontuaram positivamente nesses sinais). Também foram verificados prejuízos graves nas habilidades e competências de desempenho escolar do grupo, diferentemente dos resultados positivos obtidos nas escalas de socialização e prática de esportes. Conclui-se que os resultados positivos encontrados na área social podem agir como fatores protetores para o desenvolvimento de problemas afetivos como isolamento, tristeza, sentimentos de solidão e baixa autoestima.

<p>PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL NOS AMBIENTES DA ESCOLA. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.18, n.1, p.33-52, Jan. Mar., 2012</p>	<p>Descrever a participação da criança com paralisia cerebral nas atividades funcionais nos diferentes ambientes da escola, a partir da percepção de seus professores.</p>	<p>Participaram deste estudo 10 professores e seus respectivos alunos com paralisia cerebral do município de São Paulo. Foi realizada a aplicação da parte I da School Function Assessment junto aos professores, a fim de examinar o nível de participação do aluno em seis ambientes da escola: sala de aula, pátio/recreio, transporte para e da escola, banheiro, transições para/da sala de aula e hora da refeição/lanche.</p>	<p>Os resultados apontaram diferenças significativas nos escores da participação nos ambientes da escola. As crianças tiveram boa participação na classe, porém, a presença de barreiras arquitetônicas interferiu no desempenho de tarefas no banheiro, como sentar-se no vaso sanitário e levantar-se dele, lavar as mãos, assim como o transporte não adaptado. Notou-se, ainda, que recursos para mobilidade, como andador e muletas, consistiram em importantes facilitadores da participação no pátio/recreio e transições. Esta pesquisa evidenciou a necessidade de ações de esferas governamentais para implementação de adaptações ambientais nas escolas, especialmente aquelas relativas aos transportes e transições.</p>
<p>PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE CIÊNCIAS EM TURMAS COM ALUNOS DEFICIENTES VISUAIS: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES. Revista Educação Especial v. 27 n. 48 p. 127-140 jan./abr. 2014</p>	<p>Assim, o presente trabalho se dispôs a entrevistar professores de séries iniciais do ensino fundamental, objetivando analisar como acontece o processo de ensino aprendizagem dos conteúdos astronômicos em turmas que possuem alunos deficientes visuais inclusos.</p>	<p>Professores de séries iniciais do ensino fundamental, objetivando analisar como acontece o processo de ensino aprendizagem dos conteúdos astronômicos em turmas que possuem alunos deficientes visuais inclusos.</p>	<p>Praticado pelos professores privilegiou uma linguagem áudio visual, o que pode desfavorecer a participação dos deficientes visuais.</p>
<p>NÍVEIS DE ENVOLVIMENTO DE UMA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN EM CONTEXTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Revista Educação Especial v. 26 n. 45, p. 31-44 jan./abr. 2013</p>	<p>O presente estudo avaliou a qualidade do envolvimento de uma criança com Síndrome de Down inserida numa turma de primeiro ano primário do ensino regular, em dois contextos de ensino aprendizagem: contexto de inclusão e contexto de educação especial.</p>	<p>Participaram do presente estudo uma criança portadora de síndrome de Down (diagnóstico feito logo após o nascimento) e duas professoras do primeiro ano do primeiro ciclo do ensino primário de uma escola pública. Observação e registro dos comportamentos operantes.</p>	<p>especial. Os resultados obtidos evidenciaram que os níveis de envolvimento da criança nas atividades de sala de aula eram mais satisfatórios no contexto de Educação Especial. Diretamente proporcional ao envolvimento da criança era o empenho da professora, que atingiu níveis mais baixos nas atividades de sala de aula no contexto de inclusão.</p>

<p>SALA DE RECURSOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL NA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 18, n. 3, p.487-506, Jul.-Set., 2012</p>	<p>analisar a percepção dos professores sobre a importância da sala de recursos multifuncionais Tipo I -Atendimento Educacional Especializado –AEE, no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino regular</p>	<p>A pesquisa contou com a participação de quatro profissionais da educação, os quais exercem diferentes funções na escola. No estudo foram seguidos os pressupostos da pesquisa qualitativa, com ênfase nas práticas de pesquisa-ação, utilizando entrevistas com roteiros semiestruturados e coleta de dados</p>	<p>Os resultados ressaltam a importância da sala de recursos no processo inclusivo. Contudo, revela que o trabalho nela desenvolvido não deve e não pode ser confundido com reforço escolar ou repetição de conteúdos curriculares da classe regular. Ela deve ser um espaço de desafio no qual o aluno, com deficiência, encontra condições necessárias para o desenvolvimento do processo de aprendizagem, com vistas à superação de seu próprio limite, em busca da verdadeira inclusão.</p>
<p>A QUESTÃO LINGÜÍSTICA NA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS: AMBIENTE REGULAR INCLUSIVO VERSUS AMBIENTE EXCLUSIVAMENTE OUVINTE. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 19, n. 3, p.395-410, Jul.-Set., 2013</p>	<p>Conhecer descrição da linguagem utilizada por e com alunos surdos em contexto inclusivo</p>	<p>Os sujeitos focais da pesquisa são três meninas surdas que cursam o ensino fundamental em duas escolas municipais, assim como os professores e colegas que interagiram com elas ao longo da observação.</p>	<p>Naquela em que há presença de vários surdos na escola, a proximidade com os professores do Centro de Atendimento Especializado, fluentes em LIBRAS, e os investimentos realizados na formação dos professores em língua de sinais, ainda que insuficientes, promoveram a presença da LIBRAS na escola.</p>
<p>EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: PERCEPÇÕES DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 22, n. 1, p.111-124, Jan. Mar., 2016</p>	<p>compreender as percepções do aluno com deficiência a respeito das aulas de Educação Física</p>	<p>foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa utilizando para coleta de dados uma entrevista semiestruturada a qual foi gravada, transcrita e posteriormente analisada. A amostra foi constituída de 20 alunos com deficiência matriculados em escolas regulares da cidade de Santos Dumont –MG.</p>	<p>Foram verificados pontos importantes que devem ser considerados: as percepções que estes jovens têm das aulas de Educação Física; os significados de qualidade de vida e de sua melhora através da Educação Física os significados de qualidade de vida e de sua melhora por meio da Educação Física; as facilidades e dificuldades enfrentadas nas atividades em aula; e as relações estabelecidas entre os alunos com deficiência, seus colegas de turma e o professor.</p>
<p>CARACTERÍSTICAS DE ALTAS HABILIDADES/SUPER/LOTAÇÃO EM ALUNO PRECOCE: UM ESTUDO DE CASO. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 22, n. 2, p.189-202, Abr.-Jun., 2016</p>	<p>Verificar se um aluno precoce apresentava características de altas habilidades/ super lotação de acordo com literatura, em especialas que se relacionam à criatividade e à aprendizagem</p>	<p>Os dados foram coletados por meio de observações desse aluno em relação à leitura e escrita em situações escolares. Também foram realizadas entrevistas com seus pais. As observações foram registradas em diários de campo, ao passo que a entrevista foi gravada e integralmente transcrita. A análise ocorreu qualitativamente</p>	<p>Os resultados demonstraram a presença de características de altas habilidades/super lotação no comportamento do aluno e apontaram para a necessidade de atenção educacional que considere e respeite suas peculiaridades e estimule o desenvolvimento de suas potencialidades, porém, sem perder de vista suas necessidades próprias da infância.</p>

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os temas que sobressaíram das produções elencadas no quadro acima foram organizados de modo a dar uma visibilidade dos objetivos, metodologias e resultados, que foram o foco dessas pesquisas sobre Educação Especial, e de como o estudo destas podem influenciar no processo de inclusão dos alunos público alvo da educação especial.

3.1 Autismo

Os alunos autistas estão conquistando seu lugar nos espaços escolares cada vez mais. Portanto, é necessário um olhar para esse público, no sentido de fazer com que as suas singularidades sejam respeitadas. Williams e Wrigth (2008, p. 33) afirmam que indivíduos com distúrbios do espectro do autismo têm “dificuldade em entender o ponto de vista ou as ideias ou sentimentos alheios”. Nesses casos, a escola que irá acolhê-los deverá ter o conhecimento de suas necessidades educacionais para incluí-los de forma adequada.

Diante destes conhecimentos os alunos com distúrbios do espectro autista serão melhor recebidos na rede pública de ensino, ou em qualquer outro ambiente escolar quando suas especificidades forem plenamente contempladas em seu processo de inclusão escolar.

As produções sobre esse público revelaram que 11 trabalhos encontrados abordaram os seguintes quesitos: tempo de escuta para intervenção da aprendizagem, inclusão no ensino regular, atuação do professor junto a esses alunos, aplicação de atividades compartilhadas com seus pares e o autista incluso na rede particular de ensino. As metodologias usadas nestes trabalhos foram: estudo de caso com observação, entrevista e questionário, ambos semiestruturados. Os resultados das produções apontaram que o convívio social ajuda o autismo no seu processo de socialização educacional, que não houve diferença entre as atitudes dos professores e das crianças com quadro clínico menos severo, ou seja, aprendemos que o autismo nos impõe um modo singular de invenção, expressão e temporalidade.

3.2 Altas Habilidades Superdotação

Os alunos com altas habilidades de superdotação por fazerem parte do público alvo da Educação Especial podem necessitar de programas diferenciados de ensino aprendizagem, o que é indispensável a sua inclusão. Piirto (1999) traz uma definição de superlotação focada em cenários escolares, ressaltando que esses indivíduos apresentam elevada capacidade de criar, observar e aprender com grande rapidez e exatidão. Baseado nesse conhecimento sobre os alunos superdotados, espera-se que a inclusão desses alunos aconteça, de forma a lhes propiciar o máximo de seu potencial intelectual.

Os sete trabalhos encontrados nesse período trataram sobre o entendimento sobre o que vem a ser a criança superdotada, formação do professor e contribuições da Neurociência para trabalhar com alunos superdotados no contexto escolar. A metodologia

utilizada nesses trabalhos foram: revisão da literatura, realização de avaliação para saber o potencial intelectual dos alunos superdotados frente a sua inclusão é um estudo de caso. Os resultados mostraram a necessidade de entender melhor quem são esses alunos, de mais estudos na área, e que eles ainda não estão inclusos na escola da forma como devem estar. Além disso, é necessário que haja professores qualificados para trabalhar com esse público.

3.3 Síndrome de Down

Foram encontrados sete trabalhos que tratavam principalmente sobre o potencial desses alunos no seu processo de inclusão escolar. As metodologias mais usadas nesses estudos foram: estudo de caso com abordagem etnográfica e descritiva. Os resultados demonstraram que, em geral, há uma homogeneização no processo de ensino aprendizagem desses alunos, sem um entendimento de sua especificidade de aprendizagem, e que eles rendem mais na sala de Educação Especial do que na sala comum.

Percebeu-se que ocorre desinformação por parte dos professores que trabalham com essa modalidade de ensino, quando estes enfatizam que os alunos público alvo da Educação Especial rendem mais na sala especial do que na sala comum, pois, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008, os alunos com necessidades especiais devem ser incluídos na escola comum. Insistir com a permanência das salas especiais é retomar um paradigma da Educação Especial (integração) que já foi superado até então. Esse modelo de integração foi criticado por vários autores, como afirma (GLAT, 2007, p. 22-23):

Desse modo, as classes especiais, que deveriam ser um meio para o aluno alcançar o ensino regular, tornaram-se um fim em si mesmas. E, mais grave ainda, acabaram virando 'depósito' de alunos que apresentavam problemas de aprendizagem. Em outras palavras, eram 'exilados' para classes especiais alunos com dificuldades de adaptação às exigências de uma escola cujas práticas eram desvinculadas da realidade social na qual estava inserida. Passou-se a responsabilizar a própria criança pelo insucesso da escola. A culpabilização do aluno pelo fracasso na aprendizagem era, geralmente, justificada por disfunções intrínsecas, deficiências ou problemas sociais que afetavam as possibilidades de aprender.

A escola precisa compreender que há um tempo de resposta desses alunos para aprendizagem em relação aos que não possuem a Síndrome de Down. Cada criança tem seu próprio potencial e precisa ser explorado dentro dos seus limites. Portanto, o aluno com essa deficiência deve ser educado no contexto da escola comum, e segundo Beyer (2005, p. 23), para que a Educação Inclusiva aconteça de fato e de direito, deve haver mudanças de âmbito pedagógico:

- Adaptação curricular de pequeno e grande porte;
- Elaborar uma didática apropriada ao aluno com essa síndrome, ou seja, uma

aprendizagem que vá do concreto ao abstrato, que respeite o ritmo apropriado no ensino e a necessidade eventualmente da repetição dos conteúdos trabalhados;

- O currículo escolar deve contemplar temas que variem dos acadêmicos aos funcionais (tudo o que é permitido para a vida diária e para a ampliação da esfera social da criança com Síndrome de Down
- Terminalidade específica ou diferenciada, quando for necessário (BEYER, 2009, p. 252),

3.4 Surdos

Foram encontrados 17 trabalhos que tratavam sobre a língua de sinais, práticas de leitura, o surdo e a educação física, interação da criança surda, intérpretes e auxiliares na educação do surdo, multimodalidade, práticas inclusivas e lucidades. A metodologia predominante nesses trabalhos foram as entrevistas como procedimento de coleta dos dados, pesquisa de campo, aplicação de recursos pedagógicos e observação no âmbito da escola pesquisada. Os resultados dessas pesquisas revelaram que a língua de sinais quando usada no contexto inclusivo favorece o aluno surdo na aquisição de conhecimento. Os recursos pedagógicos quando usados com propriedade pelo professor favorecem a aprendizagem dos surdos. O preparo do professor para atender surdos é indispensável para facilitar ou limitar a aprendizagem do surdo.

A formação do professor para atender alunos com surdez está garantida no Decreto 5626/05 capítulo III “DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LIBRAS E DO INSTRUTOR DE LIBRAS”, que no Art. 4º diz que a formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de Licenciatura Plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua. Além do professor ter essa formação específica, o aluno surdo precisa ter contato com a Libras (como língua de comunicação) e com a Língua Portuguesa (como língua de instrução) na modalidade escrita, desde a educação Infantil.

3.5 Deficientes Visuais

Segundo o Ministério da Educação (2001), alunos cegos são aqueles em que a cegueira está relacionada à perda total da percepção visual até a ausência de projeção de luz, enquanto a baixa visão refere-se a uma alteração na capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores que interferem no desempenho visual do indivíduo. Para o aluno cego ser inserido educacionalmente, algumas ações são apontadas: receber orientação de mobilidade, de atividades da vida diária, educação básica e profissionalização, além de desenvolvimento de atividades que promovam eficiência visual e utilização de recursos ópticos e não ópticos que se adequem às necessidades de cada indivíduo.

(NOBRE et. al. 2006). Diante dessa orientação, seria de bom tom que a escola criasse condições de adaptações tanto no sentido curricular como de acessibilidade ao aluno cego.

Os trabalhos encontrados nesse período foram 13 (treze), que abordaram os aspectos do ensino aprendizagem, aplicação de recursos tecnológicos e estratégias de ensino voltados para alunos cegos, a educação física e os cegos, conhecimentos específicos de Ciências, Matemática, habilidades e escrita no contexto educacional dos deficientes visuais. A metodologia mais usada foi: pesquisa de campo, qualitativa, estudo bibliográficos e descritivos, ou seja, a entrevista foi o procedimento mais usado na coleta dos dados.

Os resultados dessas pesquisas demonstraram que quando os alunos eram submetidos a recursos de tecnologias para aprendizagem havia a necessidade de domínio do professor do recurso para ensinar um aproveitamento do aluno. No caso das aulas de Educação Física, em dois casos ficou evidente a inclusão do aluno, porque o professor sabia como envolvê-lo. Numa outra situação, o aluno ficava de fora da aula, porque o professor não tinha estratégia para motivar esse aluno. Conforme as pesquisas, é necessário cuidado nas atividades realizadas com alunos deficientes, no sentido de ter atenção aos detalhes das atividades realizadas. Além disso, o atendimento precisa ser individualizado, pois o aluno cego consegue produzir mais com os seus pares do que com os alunos videntes.

3.6 Paralisia Cerebral

Foram produzidos nesse período apenas 8 trabalhos que versaram sobre a inclusão desse aluno no ensino comum e o uso de tecnologias assistivas. A metodologia usada nesses trabalhos foram os seguintes: observação no ambiente escolar e aplicação de entrevista com escala de habilidades motoras. Os resultados da entrevista revelaram que as atividades difíceis de a criança realizar eram o recorte e a escrita; já o estudo identificou a necessidade de estabelecer procedimentos específicos, um planejamento pedagógico organizado e a participação de profissionais da saúde para o uso da tecnologia assistiva na escola.

Embora se compreenda a importância do uso adequado das TA na sala de aula comum, é necessário que os professores estejam aptos a trabalhar e/ou confeccionar recursos adequados de acordo com as especificidades do seu aluno. Para tanto, destaca-se a necessidade de formação continuada dos professores de Sala de Recurso Multifuncional, para o uso adequado das Tecnologias Assistivas.

De acordo com Galvão Filho e Miranda (2012, p. 4)

São exemplos de Tecnologia Assistiva na escola os materiais escolares e pedagógicos acessíveis, a comunicação alternativa, os recursos de acessibilidade ao computador, os recursos para mobilidade, localização, a sinalização, o mobiliário que atenda às necessidades posturais, entre outros.

Dessa forma, é importante ressaltar que as Tecnologias Assistivas vêm se constituindo ao longo do tempo um importante instrumento de autonomia e desenvolvimento humano para as pessoas com deficiências, enquanto sujeitos que fazem parte de um processo de formação dentro de uma realidade inclusiva. Portanto, o professor da escola inclusiva precisa se apropriar dessas tecnologias para minimizar as barreiras encontradas pelo aluno com paralisia cerebral no processo escolar.

3.7 Deficiência Intelectual

Foram encontrados 13 (treze) trabalhos que abordaram duas produções sobre o deficiente intelectual adulto: a importância da família no desenvolvimento desses alunos e o tratamento homogeneizados destes. A metodologia predominante nesses trabalhos foram: estudo de caso, pesquisa de campo epistemologia qualitativa e entrevista como procedimento da coletados dados. Os resultados revelaram: que os deficientes intelectuais precisam ser ensinados sobre seus limites, mas que também são capazes de aprender; eles produzem sentidos que podem mobilizá-los ou limitá-los. A família é peça fundamental no desenvolvimento educacional deles e que existem tanto facilidade como dificuldades na inclusão desses alunos.

Os resultados desta pesquisa, quando enfatiza que os alunos com deficiência intelectual precisam ser ensinados sobre seus limites, nos remete a questionar sobre de que forma e como a escola trabalha com essa temática. Segundo Mantoan (2005,p.1).

Inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo.

De acordo com o exposto, precisamos reestruturar a escola, de modo que todos os agentes desse espaço possam assumir a inclusão de fato, a fim de que as barreiras atitudinais, arquitetônicas e pedagógicas possam ser minimizadas e/ ou extintas.

3.8 Deficiência Física

Para entender a deficiência física e compreender os processos de inclusão desses alunos, é importante ter claro o que o aluno com deficiência física é capaz de realizar. De acordo com Diehl (2006), a deficiência física é caracterizada por algum tipo de “comprometimento para a realização dos padrões motores esperados” (p. 92). Dentre os movimentos que podem vir a ser afetados estão: “caminhar, correr, saltar, manipular coordenadamente objetos e movimentos de estabilização do corpo” (p. 92).

Diante desses conhecimentos sobre a deficiência física, o planejamento das aulas deve respeitar essas características, para atender o aluno com essa especificidade, e as adaptações físicas precisam ser feitas para que esses alunos participem a contento das

aulas. Ressalta-se que a formação do professor conta muito para a inclusão desses alunos, como demonstra o resultado da pesquisa desse público, revelado na postura do professor.

A participação de um aluno deficiente físico nas aulas de Educação Física, a fim de descrever como este participava das aulas. Foi usado como metodologia a observação e a entrevista para coleta dos dados. Observou-se que a maioria das atividades propostas pela professora nas aulas de Educação Física favoreceu a inclusão do aluno que possuía deficiência física. Além disso, houve interação entre ele e os colegas.

3.9 Síndrome de Williams

A amostra foi composta por 22 crianças, com idade entre sete e 18 anos, e suas respectivas mães. Os instrumentos de coleta de dados foram a Escala de Inteligência Wechsler e um questionário que avaliou presença de sinais de desatenção e hiperatividade, baseado nos critérios clínicos para Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.

Foi encontrado apenas um trabalho com essa temática. De acordo com os resultados dessa pesquisa, os alunos apresentam 90% de sinais de desatenção. Na área social, os resultados foram positivos em relação à interação nas aulas de esportes.

As vantagens e desvantagens da inclusão de pessoas com necessidades especiais no ambiente escolar do ensino comum ainda é um assunto que muito se tem a discutir. De acordo com o MEC (2008), o direito à inclusão de pessoas com necessidades especiais se faz presente desde 1988, com a Lei n. 7.853 da Constituição Federal. Porém, só tem sido cumprida recentemente, com a maior fiscalização dos órgãos responsáveis, e por meio das lutas desprendidas pelos pais, os quais, desde o século XIX, vêm lutando em tentativas isoladas, em favor dos direitos de seus filhos (MENDES, 2006).

O não cumprimento das leis de inclusão em escolas poderá ocasionar restrição de liberdade e multa ao responsável pela instituição. Conforme Inciso I, do artigo 8º, da Lei Federal n. 7.853/89, constitui-se crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa: recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou cessar, sem justa causa, a inscrição de alunos em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta.

Sabemos que só a imposição de um Decreto/ Lei não garante a inclusão de alunos com necessidades especiais no contexto da escola, mas um conjunto de fatores conjugados, como o ambiente escolar receptivo à inclusão e a formação de professores, corroboram para a inclusão desses alunos.

4 | CONCLUSÃO

As pesquisas revelaram que as produções na área da surdez e deficiência visual ranquearam a preferência dos pesquisadores para escreverem sobre os diversos assuntos que a temática provoca, seguidos de síndrome de down e autismo, que nos últimos anos têm chamado a atenção dos pesquisadores para escreverem sobre a temática. Observou-

se que a paralisia cerebral apresenta poucas produções na área, necessitando, assim, de um olhar específico. Enfim, é importante que se diga que todas as áreas do público alvo da Educação Especial são importantes para entender o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

As produções aqui retratadas servem como referencial de trabalhos que estão voltados para a educação de alunos inclusos nos ambientes escolares e proporcionam uma visão sistemática de como as produções na área da Educação Especial podem provocar reflexões acerca de alunos inclusos e de como são importantes o conhecimento desses trabalhos, tanto para produzir novos conhecimentos, como para entender como os alunos público alvo da educação especial estão sendo incluídos no sistema regular de ensino.

Observou-se a necessidade da formação de professores para trabalhar com alunos inclusos nas salas e apoio das tecnologias para atendê-los em condição de inclusão. A pesquisa demonstra que ainda há muito o que produzir, no entanto, o que temos de produção nos ajuda a compreender o que na atualidade está acontecendo com os alunos inclusos e o que precisa ser feito para melhorá-las. Daí a importância das produções de conhecimento na área, para levantar questões sobre a inclusão e sugerir possibilidades de melhoramentos para os alunos em situação de inclusão.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BEYER, H.O: **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: medication, 2005.

BISSOTO, M. L. **Educação inclusiva e exclusão social**. Revista Brasileira de Educação Especial, 2013 v. 26 (45). São Paulo, 2013. ISSN 1413-6568 p. 91-108

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394**. Brasília, DF. Disponível em: <www.mec.seesp.gov.br>, 1996.

_____. **Decreto 5626**. Regulamenta a Lei nº 10436/02, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o art. Da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 22 dez. 2005.

_____. **Decreto nº 7611/11**. Dispõe sobre educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Ministério da Educação.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 4 de outubro de 2009**. Brasília: MEC, 2009

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva. Brasília: MEC/ SEESP, 2008.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual**. Vol. 1 fascículos I – II – III / Marilda Moraes Garcia Bruno, Maria Glória Batista da Mota, colaboração: Instituto Benjamin Constant. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2001.

DIEHL.R.M. **Jogando com as diferenças**: jogos para crianças e jovens com deficiência. São Paulo – SP: Phorte, 2006.

GALVÃO FILHO, T. A.; MIRANDA, T. G. Tecnologia Assistiva e salas de recursos: análise crítica de um modelo. In: GALVÃO FILHO, T. A. (Org.);

GLAT, R. (Org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

Joaquim Severino. 23 ed. Ver. E atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

MANTOÁN. Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar**: o que é? Por quê? E como fazer? 2ª edição. São Paulo: editora Moderna, 2005.

MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 33, 2006, p. 387-405.

MIRANDA, T. G. (Org.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA, 2012, p. 247-266. ISBN: 9788523210144.

NOBRE et. al. **Baixa visão e reabilitação**: conhecimentos de residentes de oftalmologia. Medicina, Ribeirão Preto, v. 39, n. 2, p. 253-259, abr./jun. 2006.

PIIRTO, J. Talented children and adults: Their development and education. Columbus, Prentice Hall/ Merrill, 1999.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** / Antonio

WILLIAMS, C.; WRIGH, B. **Convivendo com autismo e síndrome de asperger: estratégias práticas para pais e profissionais**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2008.

UNESCO. Declaração de Salamanca e enquadramento da ação. Necessidades Educacionais Especiais. Salamanca, Espanha, 1994.

UNICEF. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Trad. Maria Lourdes Menezes e outros. Brasília, 1991.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em 13/08/2018.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7853.htm acesso em 10/08/2018.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 13/08/2018.

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>. Acesso em 30/08/2018

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 1, 14, 17, 18, 21, 41, 43, 54, 62, 68, 73, 77, 85, 89, 92, 104, 105, 112, 128, 137, 138, 140, 141, 143, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 155

Adaptação Curricular 60, 76, 90, 111, 112, 113, 114, 116, 117

Alunos Cegos 61, 62, 155, 156, 157, 163

Aprendizagem em Física 68

C

Crianças 13, 2, 7, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 29, 31, 48, 56, 57, 59, 64, 66, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 99, 100, 102, 106, 108, 109, 112, 122, 127, 129, 130, 131, 132, 134, 164, 166, 167, 168, 170, 172, 173, 174, 179, 183, 185, 188

D

Deficiência 9, 10, 12, 13, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 58, 60, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 81, 83, 86, 89, 92, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 117, 124, 126, 127, 138, 139, 141, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190

Deficiência auditiva 13, 92, 100, 164, 165, 166, 168, 178

Deficiência Intelectual 12, 13, 58, 63, 68, 70, 71, 74, 86, 101, 102, 103, 104, 106, 108, 109, 117, 178, 183, 184, 187, 188, 189

Diversidade 9, 1, 5, 7, 9, 37, 39, 49, 82, 89, 90, 109, 113, 118, 155, 156, 170, 171, 181, 183

E

Educação 2, 9, 10, 11, 12, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 93, 100, 101, 102, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 155, 156, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 175, 178, 180, 182, 183, 184, 186, 188, 189, 190, 191

Educação de Jovens e Adultos 11, 35, 36, 37, 38, 42, 44, 50, 51

Educação Especial 9, 11, 1, 2, 3, 8, 14, 15, 18, 21, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 48, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 78, 81, 82, 85, 88, 100, 101, 111, 113, 114, 115, 116, 118, 122, 123, 127, 132, 138, 139, 140, 142, 143, 145, 155, 170, 180, 184, 189, 190

Educação Inclusiva 9, 12, 4, 5, 8, 18, 20, 35, 37, 43, 54, 60, 63, 65, 66, 68, 70, 71, 75, 77, 78, 81, 83, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 122, 123, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 147, 170, 171, 178, 180, 182, 184, 189, 190

Educação Superior 16, 17, 61, 68, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 78

Ensino 9, 12, 13, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 14, 15, 16, 17, 22, 24, 26, 27, 29, 31, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 48, 50, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 94, 95, 103, 104, 105, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 122, 127, 129, 130, 131, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 162, 163, 164, 165, 167, 170, 173, 177, 179, 180, 181, 189, 191

Ensino-aprendizagem 57, 80, 84, 86, 164, 189

Ensino Remoto 12, 79, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 89, 90

Escolarização 11, 9, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 54, 71, 72, 81, 133, 140, 141

Estado do Conhecimento 12, 125, 126, 127

F

Família 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 41, 48, 63, 83, 84, 92, 104, 105, 115, 164, 166, 167, 171, 179, 180

Formação de Professores 4, 35, 64, 65, 71, 89, 118, 125, 127, 128, 131, 134, 139, 152, 171, 182

G

Geometria 13, 156, 157, 158, 162, 163

H

Habilidades Auditivas 91, 92, 93, 94, 97, 99

I

Implante Coclear 12, 29, 91, 92, 93, 99, 100

Inclusão 9, 10, 11, 12, 13, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 32, 35, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 100, 112, 113, 116, 118, 122, 123, 125, 130, 131, 132, 135, 136, 137, 143, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 165, 166, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 183, 189, 190

Inclusão Escolar 11, 13, 1, 2, 3, 4, 5, 9, 11, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 32, 50, 58, 59, 60, 66, 70, 88, 112, 122, 125, 130, 131, 132, 136, 169, 170, 171, 172, 175

Inclusão Social 9, 10, 11, 3, 4, 11, 35, 40, 43, 83, 89, 100, 135

Integração Sensorial 13, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176

L

LBI 83, 147, 148, 149, 151, 153, 189

M

Microcefalia 79, 80, 86, 87, 88, 89, 90

P

Perspectiva Sociológica de Boudieu 20

Poções-BA 12, 137

Políticas Públicas 9, 4, 15, 36, 43, 46, 48, 50, 137, 138, 139, 144, 145, 147, 148, 150, 153, 171

Práticas Inclusivas 12, 61, 81, 111, 118, 138, 143, 175

Produção do conhecimento 53, 54

Público Alvo 53, 55, 59, 60, 65, 140, 142

S

Sala de Recursos Multifuncionais 35, 38, 42, 44, 47, 48, 58, 85, 103, 104, 105, 106, 113, 115, 122

Síndrome da Talidomida 11, 9, 10, 11, 12, 17

Surdez 13, 29, 61, 64, 78, 91, 164, 166, 168

T

Terapia Assistida por Cães 12, 101, 102, 103, 104, 107, 109

Transtorno do Espectro do Autismo 12, 13, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 134, 135, 169, 170, 171, 172

U

UFC 12, 147, 148, 151, 152, 153, 155

Z

Zika Vírus 12, 79, 80, 89, 90

Educação:

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR


Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

4

*Da vida quero o abraço, um sorriso, um passo a passo, alegria, imperfeição,
ensinar é aprender
ver o mundo,
Gente e letra, dando as mãos, aprender é transformar, ler o mundo, o meu lugar
compreender,
conhecer meu
próprio chão,
criar asas
pra voar, alcançar a imensidão, à distância, nem olhar, o meu eu, libertação.*



Educação:

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR

 **Atena**
Editora
Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

4

*Da vida quero o abraço, um sorriso, um passo a passo, alegria, imperfeição,
ensinar é aprender
ver o mundo,
Gente e letra, dando as mãos, aprender é transformar, ler o mundo, o meu lugar
compreender,
conhecer meu
próprio chão,
criar asas
pra voar, alcançar a imensidão, à distância, nem olhar, o meu eu, libertação.*

